



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UFCSPA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE
ANEXO 13

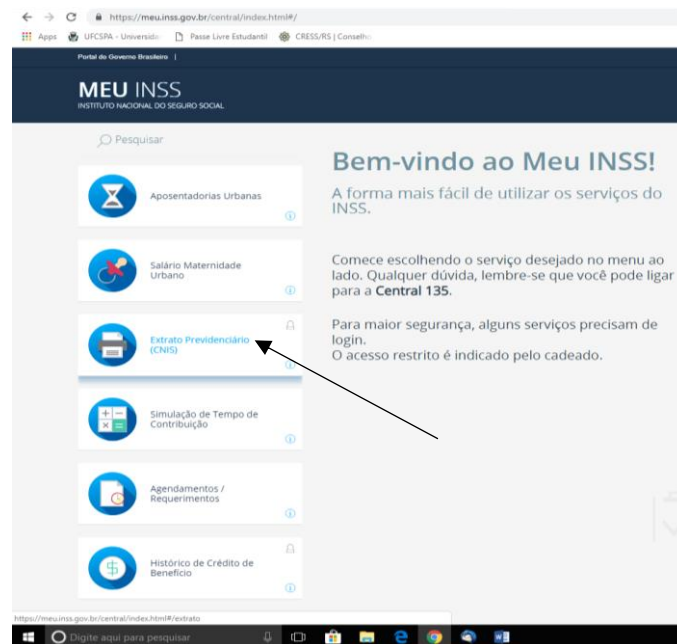
CNIS - CADASTRO NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS

Existem várias formas de tirar o CNIS, diretamente na agência do INSS, em alguns bancos e pela internet. Tirar o CNIS é simples e fácil, acesse o site a seguir (<https://meu.inss.gov.br/central/index.html>). Outra maneira de consulta o Cadastro Nacional de Informações Sociais é através do site oficial do www.servicos.inss.gov.br

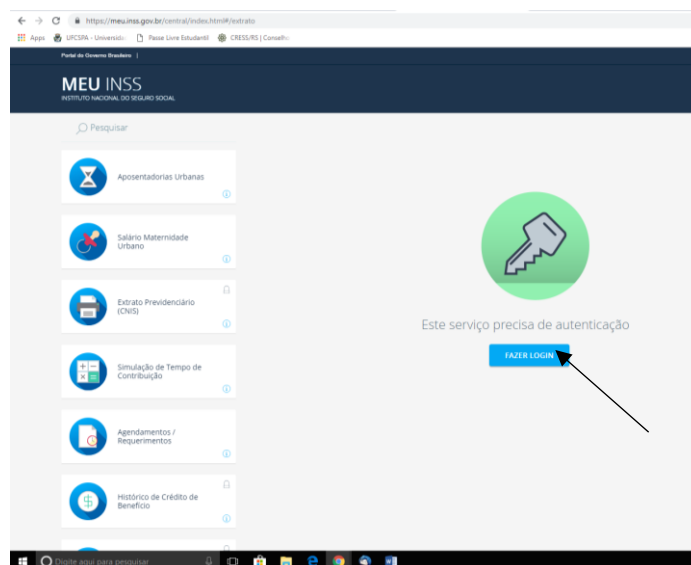
Consulta via www.servicos.inss.gov.br

Passo a passo:

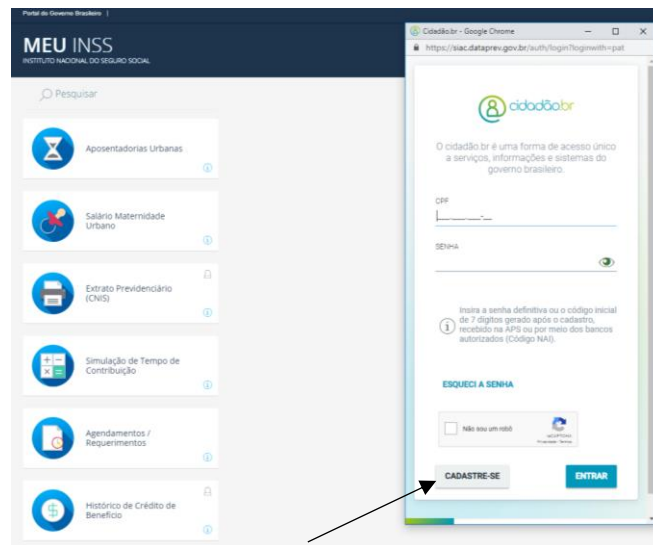
1. Acessar o site e clicar na aba esquerda em Extrato Previdenciário (CNIS)



2. Em seguida, clicar em fazer login



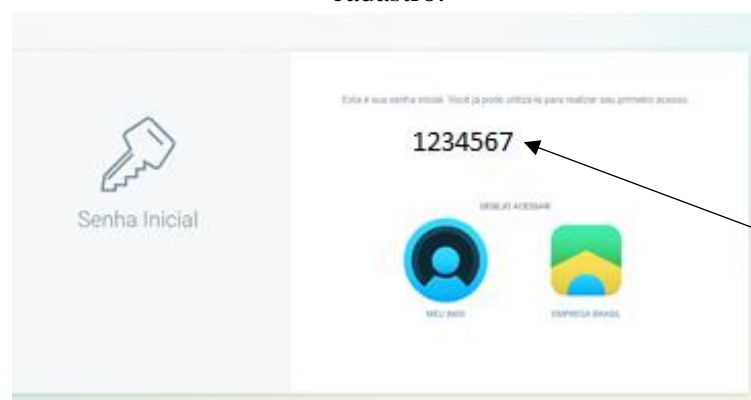
3. Abrirá uma nova janela com o nome “cidadãobr”. Caso já tenha login só informar CPF e senha. Caso não, deverá clicar em CADASTRE-SE



4. Abrirá uma nova aba solicitando dados pessoais. E na, sequência, serão solicitadas informações de assinalar. Responda a todas.

A screenshot of the 'Cidadãobr' registration form. It includes fields for 'CPF', 'Data de nascimento', 'Nome', 'E-mail (opcional)', 'Celular (opcional)', and 'Nome da mãe'. There are also checkboxes for 'Não sou um robô' and 'Não sou brasileiro', and a 'PRÓXIMO' button.

5. Ao final será gerado um número de senha que poderá ser usado para imprimir seu cadastro.



6. Voltar para a aba Extrato Previdenciário e imprimir Extrato CNIS: RELAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS



A omissão de informações e a falsa declaração são passíveis de punição assim como fraudes ou falsificação de documentos que visem burlar o processo, serão motivos de desclassificação e exclusão do Programa Auxílio Estudantil, sem prejuízo das sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável, conforme a Lei nº 7.115/1983 e art.299 do Código Penal.

§ Falsidade Ideológica

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante